



Revista FAMECOS: mídia, cultura e
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

DI FELICE, MASSIMO

Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 27-
45

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551010004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Metodologias

Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais¹

Netactivism: new aspects of public opinion in digital contexts

MASSIMO DI FELICE

Professor Doutor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP. <massimo@usp.br>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os aspectos teóricos da ação social em contextos digitais, onde a expressão “netativismo” busca sintetizar os novos aspectos da opinião pública delineada pelo agenciamento dos objetos técnicos e pelos ecossistemas informativos. Por meio da análise das principais teorias do campo da comunicação e das ciências sociais, serão discutidos os significados da ação (em e nas) redes digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação digital; Opinião pública; Netativismo.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the theoretical aspects of social action in digital contexts, where the expression “netativism” seeks to synthesize the new aspects of public opinion outlined by the agency of technical objects and by information ecosystem. Through analysis of the main theories of the field of communication and social sciences, we will discuss the meanings of the action in the and of the) digital networks.

KEYWORDS: Digital communication; public opinion; netactivism.

Este artigo tem como proposta refletir os aspectos teóricos da ação social em contextos digitais, onde a expressão “netativismo” pretende sintetizar esses novos aspectos da opinião pública, atravessando, assim, dois campos de estudo – a comunicação e a sociologia – relativos à teoria da comunicação na época digital e às teorias sociológicas, abrangendo desde a função social da mídia aos processos de transformações das práticas de participação política na sociedade contemporânea.

A partir de um ponto de vista comunicativo, o advento das redes digitais, sobretudo na sua forma mais recente da chamada Web 2.0 (gerada pela conexão de alta velocidade que permitiu a veiculação via web de informações em todos os formatos – áudio, vídeo, imagens etc, em plataformas colaborativas) foi interpretado por vários autores como uma revolução responsável pela transformação da própria natureza da arquitetura e do processo de repasse das informações.

Segundo Pierre Lévy:

“ Junto ao crescimento das taxas de transmissão, a tendência à interconexão provoca uma mutação na física da comunicação: passamos das noções de canal e rede a uma sensação de espaço envolvente. Os veículos de informação não estariam mais no espaço, mas, por meio de uma espécie de reviravolta topológica, todo o espaço se tornaria um canal interativo. A cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a uma humanidade em um contínuo sem-fronteiras.

(Lévy, 1999, p. 127)

Na mesma direção, Castells define o advento da comunicação digital como o surgir de um novo sistema de comunicação:

Na segunda metade da década de 1990, um novo sistema de comunicação eletrônica começou a ser formado a partir da fusão da mídia de massa personalizada e globalizada com a comunicação mediada por computadores. [...] O que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é a sua capacidade de inclusão e de abrangência de todas as expressões culturais.

(Castells, 2002a, p. 460)

Com o avanço das tecnologias digitais e com o advento da banda larga, que passaram a permitir a produção, a distribuição e a armazenagem online de vídeo, áudio, sons etc., assistiu-se a um incremento não somente das quantidades de informações veiculados, mas ao desenvolvimento de redes sociais digitais temáticas (*social networks*) que multiplicaram as relações sociais online e desenvolveram novas práticas de interação e de ativismo.

O estudo das formas de comunicação em rede e da construção de uma nova teoria da comunicação, de fato, preencheu o interesse de muitos pesquisadores da área de comunicação nos últimos anos. No Brasil, a pesquisadora Raquel Recuero fez um importante balanço das teorias das redes, revisitando da matemática dos grafos aos estudos das redes sociais na internet, mostrando que “a teoria da rede tem o seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.”

(Recuero, 2009, p. 24). Tal teoria comprehende as qualidades e o significado das conexões, fazendo uma equivalência entre os termos conexão, relação, troca, interação e comunicação. Assim, “estudar a interação social comprehende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas” (Recuero, 2009, p. 31). Os processos de formação das conexões podem ter origem em laços associativos ou dialógicos, ou seja, através de uma interação que resulta de uma reação de resposta a um estímulo ou através de uma interação colaborativa, que ocorre através da construção coletiva.

Partindo do ponto de vista da estrutura comunicativa e das tipologias das redes, encontramos a primeira formulação elaborada por Baran (1964), artífice da distinção entre os três modelos de redes aos quais se denomina “redes centralizadas”, “descentralizadas” e “distribuídas”, definindo esta última como um modelo no qual a informação navega de forma distribuída, horizontal, dialógica e redundante e onde cada nó tem igual importância e poder de interdependência.

Além de aleatórias, sem escalas, e de mundos pequenos (Paul Erdős, Alfred Rényi, Watts, Barabási, Buchanan, Milgram), as formas de comunicação em rede podem ser descritas a partir de suas dinâmicas de interação, chegando assim às redes sociais emergentes e às redes de filiação ou redes associativas (Recuero, 2009), que se diferenciam por suas dimensões e consequente por suas dinâmicas de interação, as primeiras menores e com maiores fluxos informativos entre os membros, as segundas menores e com menor necessidade de participação.

Se os estudos sobre as redes técnicas concentram-se na descrição das suas características formais de tipo informático e na observação do seu funcionamento na tentativa de identificar seus *hubs* e seu potencial conectivo, visualizando a sua superfície eletrônica em termos de centralidade, multicentralidade ou distribuição, difundiram-se,

também, em decorrência da difusão das formas de comunicação em redes colaborativas (web 2.0) um conjunto de análises que buscaram alcançar um nível filosófico e teórico dos aspectos comunicativos. Enquanto aos estudos de base informática interessavam os aspectos técnicos das redes, e aqueles comunicativos na descrição de suas tipologias e dinamismos, um conjunto de reflexões filosóficas optou para repensar, a partir do estudo das redes, a relação entre sujeito e tecnologia e, consequentemente, o advento de formas colaborativas, tecno-humana, de inteligência.

Entre tais contribuições, a obra de Pierre Lévy incita-nos a considerar que as “tecnologias da inteligência”, tais como a escrita e a informática, constituem modos de gestão do conhecimento cuja sucessão “não se dá por simples substituição, mas por complexificação e deslocamento dos centros de gravidade” (Lévy, 1993, p. 10), ora do coletivo para o individual, ora do centralizado para o distribuído. No entender de Lévy (assim como no de Castells), não se trata de analisar a inserção das tecnologias na sociedade como um padrão determinista de transformação cognitiva, mas de constatar que a substituição de técnicas de armazenagem e processamento de informações é importante fator condicionante de modificações culturais – como no caso da chamada cibercultura – sem deixar de oferecer aos indivíduos oportunidades de iniciativa própria e interpretação.

Uma das primeiras teorias das redes a considerar o papel relevante das tecnologias da informação para o incremento cultural, sócio-político e econômico foi concebida por Manuel Castells em seu texto *A Era da Informação* (2002a) ao analisar o impacto da aceleração da informática a partir dos anos 1970. Nessa extensa obra dividida em três volumes, Castells, adotando o ponto de vista sócio-tecnológico na sua investigação, distingue cinco principais características da “sociedade em rede”: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação. Nessa sociedade, a informação assume o papel central e as

redes digitais constituem a base material de transformação social e de reestruturação dos modos de produção capitalista/estadista e de desenvolvimento industrial em direção ao “informacionalismo” – neste “[...] a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas [...]”. (Castells, 2002a, p. 65, nota 30).

Assim, no seu entender, o desenvolvimento tecnológico promove uma maior acumulação de conhecimentos e informações e uma maior complexidade de processamento dessas informações que, por sua vez, leva a um maior desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), requerendo a ampliação e a ação do conhecimento sobre o conhecimento, num círculo virtuoso constante de geração e circulação do saber e dos símbolos, de produtividade e de possível empoderamento das sociedades e dos indivíduos.

Em decorrência disso, diante do desenvolvimento das novas TICs, passamos de um modo de produção burocrático e verticalizado para uma estruturação reticular e horizontal característica de um novo paradigma comunicativo e produtivo onde o acesso às redes e a possibilidade de troca informativa através delas são fatores determinantes para inclusão na sociedade informacional, em seus processos e funções dominantes. Para tanto se torna imprescindível que toda rede seja uma estrutura aberta capaz de se expandir ilimitadamente, agregando sempre novos nós e indivíduos aptos a se comunicarem através de um código comum e, por isso mesmo, considerados pertinentes a lógica do sistema. Assim sendo, a presença na rede (ou a ausência dela), a maneira como uma rede se relaciona com as demais, são fatores fundamentais para o estabelecimento de relações de dominância e para a transformação social.

Segundo Castells, o equilíbrio social é dependente da inclusão nesses processos de produção e troca de informações. Para o autor, a sociedade das redes verifica-se na

oposição bipolar entre a Rede e o Ser: enquanto a globalização econômica promove a integração global, conectando gentes e desconectando os vínculos locais, e a lógica da rede propicia uma interdependência entre os nós conectados, a preeminência das identidades primárias (religiosas, nacionais, étnicas etc.) reafirma as diferenças locais em torno da resistência às forças de exclusão e alienação, procurando garantir uma função na Rede.

Assim, para o autor, a lógica da rede define os processos sociais dominantes, dando forma à estrutura social, e estabelecendo o paradigma informacional como norma de conexão às redes globais de riqueza, poder e cultura, acentuando-se a tendência à assimetria, à regionalização, à interdependência de sistemas e à diversificação crescente no interior de cada região. Nessa concepção estão incluídos, além de grupos e indivíduos, bairros, cidades, regiões e países inteiros, intensificando a dialética definida por Castells entre o “espaço de fluxos”, enquanto lógica espacial das redes digitais, e o “espaço de lugares” da nossa experiência histórica de organização espacial e de identidade.

Nesse sentido, na avaliação do sociólogo, a internet surgida da liberdade de pensamento e da inovação, associada ao contexto dos *campi* universitários dos anos 60, nos EUA, e à capacidade criativa dos seus produtores (Castells, 2003, p. 24) é uma criação cultural, pela qual se distingue os produtores/usuários (criação e configuração da Net) dos consumidores/usuários. Para ele, a cultura, fonte de significados, é uma construção coletiva que transcende preferências individuais e formas de comportamentos e costumes. Sendo assim, a Internet funda um novo padrão de comunicação e também uma nova cultura, estruturada em quatro camadas culturais que contribuem para uma ideologia da liberdade: a cultura tecnomeritocrática (dos produtores/usuários), a cultura hacker, a cultura comunitária virtual, e a cultura empresarial (Castells, 2003).

Além da promoção de uma nova cultura, com a expansão da internet, surgiu uma série de movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, explicitando uma rede de relações e de novos conflitos sociais; ampliou-se e diversificou-se o termo *ativismo*, de origem estadunidense, enquanto modalidade de organização e ação política direta de base (marcada pela difusão de informações na rede com objetivo de boicotar o consumo de determinados produtos, e também das ocupações, manifestações e protestos ligados aos direitos humanos, civis e ambientais) (Di Corinto e Tozzi, 2002); e surgiu um novo tipo de participação baseada na construção de redes informativas pela difusão de informações na rede com objetivo de defesa dos recursos naturais e do ambiente, das diversidades culturais e das culturas indígenas, além do ativismo nos territórios e na participação de fóruns mundiais contra o neoliberalismo às formas de conflitualidade contra o G8 até a reforma da ONU.

Novos movimentos e novos conceitos surgiram, a partir desde então, autodenominados (ou denominados no esforço de compreensão dos fenômenos em observação), como *Internet Activism*, *Electronic Advocacy* ou *Ciberativismo*.

O termo *ciberativismo* origina-se nos anos 90 do século XX com a utilização das tecnologias digitais em rede, primeiramente pela luta zapatista (1994) e, sucessivamente, por grupos ativistas ligados aos movimentos *no-global*, como o *People's Global Action*, alguns organizando grandes protestos de repercussão mundial como aqueles que tomaram as ruas de Seattle (1999), Genova (2001), Londres (2004). Esse tipo de ativismo midiático tem nas novas tecnologias de comunicação um instrumento valioso para fortalecimento das organizações, tanto local quanto globalmente, arrecadando de fundos, coordenando campanhas e protestos, obtendo e difusão de informações, denúncias e petições. Em termos gerais, o ciberativismo refere-se a de que forma utilizar a Internet para dar suporte a movimentos globais e a causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão

coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação (Lemos, 2003).

Todavia, o que constitui característica própria do ciberativismo, ou ativismo online, não se resume à simples incorporação da Internet aos processos comunicativos do ativismo, mas inclui a forma como essa tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos ciberativistas (McCaughay e Ayers, 2003).

Desde o movimento neo-zapatista em Chiapas (1994) – que inaugurou uma nova forma de conflito divulgando seus comunicados pelas redes, conectando-se, assim, a outros movimentos sociais globais e permitindo o acesso a informações e a atuação conjunta da sociedade civil internacional que passou a desenvolver um papel ativo no conflito entre o governo mexicano e as comunidades indígenas através da rede (Di Felice e Munoz, 1998) – até os movimentos antiglobalização, surgidos após o fim da Guerra Fria, com a crise do Estado do bem-estar social e das barreiras econômicas criadas pelos monopólios multinacionais, o que se manifestou foi a assunção, através do uso de uma nova tecnologia comunicativa, de um novo protagonismo sociopolítico emerso da descentralização das redes.

Diante desse universo de significações envolvendo o conceito de ciberativismo e anotando a necessidade de enfocar as interações entre indivíduos, território, redes e tecnologias digitais, neste artigo optamos pela descrição e análise de redes digitais quanto à sua conectividade² com vistas ao aprofundamento conceitual e reflexivo do que caracteriza a ação social em e na rede.

Para tanto, nos reappropriamos do termo “*netactivism*” ou netativismo, que deu título ao livro de Ed Schwartz (1996), apenas para simplificação da expressão *Network-*

Ativismo que empregaremos aqui de forma a não restringir o seu significado ao âmbito da democracia eletrônica e das redes cidadãs de participação política, tão referidas por Schwartz ou aos usos da Internet propostos pelo ciberativismo, mas para, também, analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia e sustentabilidade do desenvolvimento e da criatividade, no âmbito dos movimentos *new-global* caracterizados, não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação glocal avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente, sustentabilidade etc.

A forma de cidadania e ativismo que caracteriza tais movimentos é resultado de uma interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com as tecnologias de informação, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas. Desta maneira, os objetivos, suas definições, suas disseminações e suas implementações são, em muitos casos, resultados não de um processo unidirecional, mas construídos em rede de forma colaborativa. Esta dimensão específica nos leva a necessidade, no interior da análise do netativismo, de aprofundar o significado da ação social. Em outras palavras: buscar entender e pensar a qualidade da ação na rede que acontece através das interações entre sujeitos, tecnologia e informações.

Podemos, por motivo de brevidade, dividir e organizar as teorias sociológicas sobre a ação social em dois grandes grupos. A constituição destes grupos encontra justificativa a partir dos diversos significados atribuídos à ação do sujeito em relação ao meio ambiente e a sociedade. O primeiro grupo que chamaremos de teoria da ação social *empática* descreve a ação social como a sequência intencional de ações fornidas de sentidos que um sujeito (seja este um indivíduo ou um coletivo, muitas vezes definido

como ator ou agente) realiza, escolhendo entre várias alternativas possíveis, a partir de um projeto concebido anteriormente.

A ação social, assim definida neste primeiro grupo, é pensada como atividade do sujeito em direção ao externo, isto é, ao ambiente, à sociedade e ao seu contexto.

A origem e o centro da ação é, aqui, o indivíduo que busca, por motivos diferentes, um objetivo a ser alcançado. Por isso podemos descrever no interior desta primeira tipologia a ação como “empática”, enquanto transfere, através da própria ação, a razão do sujeito para fora dele em direção ao território externo e ao meio ambiente social, procurando transformar ambos à sua imagem. O ambiente social, obviamente, pode favorecer, dificultar ou impedir o êxito de tal ação. Podemos contemplar neste primeiro grupo o pensamento sobre o significado social da ação de dois importantes autores: Max Weber e Jürgen Habermas.

Na sua obra *Economia e Sociedade* (2004)³, Max Weber diferencia quatro formas principais de determinação da ação social a partir dos valores, da finalidade, das emoções e da tradição.

Nessa mesma direção, Jürgen Habermas (1987) analisa a ação como atividade do sujeito racional. Influenciado pela distinção desenvolvida por Karl Popper, Habermas distingue três diversos mundos: 1) o mundo objetivo dos eventos; 2) o mundo social das normas; e 3) o mundo subjetivo dos sujeitos em diálogo. A cada um desses mundos corresponde um determinado tipo de ação: 1) a ação teleológica; 2) a ação regulamentada pelas normas; e 3) o agir dramatúrgico. A estas três formas Habermas acrescenta outro tipo de ação que é a “ação comunicativa”. Neste, a palavra e o diálogo são os elementos fundamentais para a busca de um acordo entre os sujeitos, finalizando o alcance do agir comunicativo, a esfera da ação seria, portanto, mediada pelo debate e pelas discussões racionais que teriam como objetivos a interpretação e o esclarecimento da complexidade social em vista de uma ação transformadora.

Se nesse primeiro grupo de autores a ação social pode ser interpretada como a projeção do sujeito em direção à sociedade e a busca de seus significados, num segundo grupo encontramos uma interpretação singular que pensa a impossibilidade da realização da ação, a sua irrelevância e, até mesmo, a sua inexistência. Podemos, portanto, definir a ação social interpretada por esses autores como “exotópica”, isto é, externa ao sujeito, estranha e imposta a ele, segundo o significado do conceito de “exotopia” indicado pela obra *Dostoevskij* de Mikhail Bakhtin.

Podemos incluir, neste conjunto de diferentes autores de distintas épocas e características, desde Platão, que pensava que os afazeres humanos e o agir não deveriam ser levados muito a sério, até Émile Durkheim que, aprofundando o aspecto institucional da ação social, observava como cada sujeito encontrava-se limitado e vinculado pelas normas sociais. Além destes, destaca-se Talcott Parsons (1971), que na sua obra *Teoria Geral da Ação*, concebe a ação como o resultado de uma engenharia institucional determinada por sistemas autoregulantes e, portanto, impossível de acontecer fora desta estrutura determinada.

Mas será, sobretudo, na obra de Hannah Arendt, no seu célebre texto *A Condição Humana* (1981) que descreve a condição humana como marcada por três tipos de atividade: o trabalho, a obra e a ação, ligando esta última ao aspecto comunicativo do discurso⁴. Embora Hannah Arendt não tenha tomado a ação social como um exclusivo objeto de análise com base na diferenciação dos antigos gregos entre vida pública e privada, ela atribui o significado de *social* a partir da sua distinção em relação à política. Espaço público e espaço privado seriam os âmbitos da vida: o primeiro como lugar da visibilidade, da política, do livre agir, da expressão da pluralidade; e o segundo como o lugar de satisfação das necessidades, por sua vez, o lugar do trabalho, o exercício por excelência da reprodução da vida humana. Coerentemente com tal distinção, na cidade-estado grega, a vida política era completamente autônoma dos assuntos da privacidade humana.

Segundo ela, enquanto a vida moderna inaugura a dissolução dessa diferenciação, trazendo a visibilidade da vida pública aos assuntos de ordem privada, os assuntos relacionados ao lar e à família e à necessidade passam a se sobrepor em detrimento da autonomia da vida política. O social torna público o próprio âmbito da vida privada (Keinert, 2007, p. 199), ao mesmo tempo em que o social privatiza o público, principalmente o que concerne à garantia da sobrevivência, função realizada pelo trabalho. A sociedade do trabalho paralisa o espontâneo livre agir no que se refere a um mundo politicamente dotado de significado (Keinert, 2007, p. 201). Nesse sentido, segundo Arendt, as pessoas não agem, mas comportam-se: “Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada” (Arendt, 1981, p. 50). A política associa-se à imagem da ‘família’, corpos políticos associados aos laços familiares trazendo a própria ruína da política que passa a operar uma série de funções para a reprodução do corpo social.

Enfim, numa época mais próxima à nossa, cabe mencionar Jean Baudrillard que teoriza o fim da ação sedutora, entendendo com este conceito a unidirecionalidade do fluxo comunicativo da sociedade de massa cujo efeito seria a impossibilidade de escolha do indivíduo e, por isso, em última instância, a determinação do “estupro” da sua percepção. Ainda mais recentemente, o filósofo Mario Perniola, em seu texto *Miracoli e Traumi della Comunicazione* (2009), teoriza a substituição do regime historiográfico pelo regime comunicativo no interior do qual o acontecimento e a ação seriam substituídos pela sua simulação⁵. Para todos estes autores, o agir aconteceria além da vontade do sujeito, fora do seu controle e de tal forma que ele mesmo se tornaria o objeto de uma ação externa que o levaria a ilusão de ato perante o qual, de fato, não teria nenhum poder.

Numa percepção ainda exotópica, o impacto midiático na mudança da percepção e a influência da tecnologia no cotidiano da sociedade é abordada, no Brasil, por Eugenio Trivinho (2005) que, no conjunto da sua importante obra, destaca a “dromocratização generalizada da existência” ocasionada pela informatização progressiva da esfera do trabalho e do espaço doméstico e na virtualização e ciberespacialização do mundo. A interatividade e o dispositivo dromocrático para Trivinho significam a introdução de outra velocidade e outra tempo-espacialidade na esfera social.

Ao lado destes dois significados da ação social nas redes digitais, se torna necessário, diante do advento de novas formas de protestos e de ações de cidadania que se multiplicaram nas últimas décadas no cenário das redes mundiais, segundo alguns autores, a redefinição da própria natureza da teoria da ação social uma vez que esta se manifesta, no caso do *netativismo*, como resultado de uma mediação técnica.

Joshua Meyrowitz, partindo da necessidade de repensar o desenvolvimento da sociabilidade na época eletrônica, repensa o conceito de situação social como algo estritamente ligado, não somente a uma interação humana, mas também a formas de interações eletrônicas. Ele então se propõe a estudar a relação entre a mídia e as interações sociais,

chegando a descrever o impacto da mídia como causa da modificação da tradicional relação entre ambiente físico e situação social que se torna tecnológica:



[...] a situação social e os comportamentos no interior da sociedade podem ser modificados pela introdução de novos meios de comunicação [...]. A situação social pode ser considerada também como um sistema informativo, isto é, como um determinado modelo de acesso as informações sociais e como um determinado modelo de acesso ao comportamento das outras pessoas.

(Meyrowitz, 1984, p. 61)

Tal concepção torna-se útil para a análise dessas novas formas de ação em rede que viram a constituição de novos sujeitos tecno-atores que, através da interação midiática digital, desenvolveram novas práticas de participação e de atuação. Ao lado do seu importante significado sócio-político, essa nova forma de atuação remete à transformação do conceito de ação apontando para a necessidade da reflexão sobre o conceito de *netativismo* desenvolvido nas redes digitais.

Analizar a natureza das transformações da ação na época contemporânea significa, portanto, não somente analisar as novas práticas de interações em redes, mas, sobretudo, investigar os novos significados emergentes do social e da participação no interior dos novos contextos simbótico-transorgânicos. Nesses, o humano e o tecnológico desenvolvem novas formas de interações que, superando a forma antropocêntrica, apontam para práticas tecnológicas da sociabilidade onde as práticas sociais tradicionais são flanqueadas pelas interfaces digitais e pelas formas de interações entre humanos e tecnologias da informação, constituídas por fluxos comunicativos em rede que parecem anular a distinção analógica entre emissor e receptor.

Compreendemos que as redes digitais instauraram uma forma comunicativa feita de fluxos e de troca de informações “de todos para todos”, principalmente em sua versão Web 2.0 (ou ainda *groupware* ou *participatory Web*), marcada pela velocidade e pela emergência de plataformas colaborativas. Do ponto de vista político, com relação à forma analógica de comunicação (especialmente jornal, rádio e TV) mudam os meios utilizados, as formas e os conteúdos.

Assim sendo, para se analisar as redes é preciso contemplar não só o aspecto relacional dos atores que estão imersos nelas, mas também focar a análise nos seus dispositivos técnicos, nas suas arquiteturas digitais, levando em consideração os objetos tecnológicos e as estruturas comunicativas que tornam possível a existência de uma rede comunicativa relacional. Referimo-nos aqui aos estudos do filósofo Michel Serres

e do antropólogo Bruno Latour, segundo os quais as redes digitais produzem um significado híbrido de interação que une os elementos orgânicos àqueles inorgânicos, desenvolvendo formas simbióticas entre a técnica e o humano.

Michel Serres (1993) desenvolveu em sua filosofia da ciência o conceito de “*filosofia mestiça*” que se propõe como uma visão ontológica do conceito de rede. Segundo tal concepção, a rede se apresenta como um campo heterogêneo de tensões, sendo produzida por uma infinidade de pontos interligados nos quais nenhum ponto é privilegiado perante os demais, elemento este que permite a possibilidade de uma rede desenvolver-se através de múltiplos aspectos. Inspirado pelos estudos de Serres e de Deleuze & Guattari, Bruno Latour (1994; 2000) desenvolveu um conceito de rede baseado no conceito de rizoma, interpretando as formas da conexão, da heterogeneidade, da multiplicidade, da ruptura e da categoria como características das novas formas de sociabilidades digitais.

O social para Latour é uma rede heterogênea composta por atores sociais e por elementos tecnológicos e, portanto, deve ser pensado não mais simplesmente como um conjunto de relações entre indivíduos. Distanciando-se da noção de rede produzida pela cibernetica⁶⁶, Bruno Latour desenvolve a “teoria ator-rede”, que se propõe a pensar a realidade comunicativa nos contextos de rede, levando em conta as formas de hibridação. Mais que verdadeira e propriamente uma teoria, segundo Latour a teoria “ator-rede” é um método de estudo baseado nas noções de simetria e de tradução.

Com tal definição, Latour abre a possibilidade de pensar uma multiplicidade de atores intervenientes que efetivamente agem e compõem a rede através da circulação de alianças, de fluxos, dentro dos quais todos agem e recebem interferências constantes. Superando o conceito antropocêntrico de um sujeito fabricante que define e cria o mundo, tal definição prefere delinear a realidade de uma rede heterogênea, composta por atores humanos e não-humanos, igualmente conectados.

Segue posteriormente notado como tal concepção pensa as novas tecnologias da informação e da comunicação como o emergir de uma nova relação equidistante tanto do paradigma tecnocêntrico quanto daquele antropocêntrico, em uma dimensão que põe em forma não mais dialética a relação entre tecnologia e sociedade, como já mencionou Castells: “o dilema do determinismo metodológico é provavelmente infundado, dado que a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser compreendida ou representada sem as suas extensões tecnológicas” (Castells, 2003, p. 43).

É a partir dessa concepção simbiótica das redes tecno-humanas que repensamos as novas ações na rede, pautadas também pela hibridação entre informação e território para aquilo que chamamos de *habitar atópico*, conceito desenvolvido por mim, Massimo Di Felice, pelo qual se refere a um específico modo de estar no mundo delineado pela forma comunicativa digital, sendo assim, pelo fim da dialética entre sujeito e território ocasionada pela configuração digital do espaço (Di Felice, 2009).

Enfim, tratamos aqui de explorar alguns dos aspectos teóricos do *netativismo* como ação específica em e na rede, destacando a ação dos sujeitos associada também ao agenciamento dos objetos técnicos (arquitetura informativa das plataformas colaborativas), e o *habitar atópico*, como a espacialidade inteligente que envolve ecossistemas comunicativos e informativos que não só problematizam a ação no território, mas proporcionam novos sentidos e percepções transorgânicas para o modo de estar e para o mesmo significado de democracia na contemporaneidade. ●

REFERÊNCIAS

- RENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- _____. *O poder da identidade. (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002b. v. 1.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

DI FELICE, Massimo. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. (Org.). *Do público para as redes. A comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Paulo: Difusão, 2008.

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal. *A revolução invencível*. Subcomandante Marcos e o EZLN. São Paulo: Boitempo, 1998.

DI CORINTO, Arturo; TOZZI, Tommaso. *Hacktivism – La libertà nelle maglie della rete*. Roma: Manifestolibri, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa I – Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987.

HIMANEN, Pekka. *The hacker ethic and the spirit of the information age*. Nova York: Random House, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1991.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de uma antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. *Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEMOS, André. “Ciberativismo”. In: *Correio Brasiliense*, 15 nov. 2003. Caderno Pensar,

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

KEINERT , Fábio Cardoso. A questão do social em Hannah Arendt. In: *Teoria & Pesquisa*, v. XVI, n. 01, p. 199-214, jan./jun. 2007.

MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media – the extensions of man*. MIT Press, 1994.

MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. *Cyberactivism – Online activism in theory and practice*. EUA: Routledge, 2003.

BARAN, P. *Rand memoranda on distributed communication*. 1964. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/RM/baran.list.html>>. Acesso em 23 jul. 2011.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place. The impact of electronic media on social behaviour*. Oxford University Press, 1985.

- PARSONS, Talcott e SHILS, Edward A. *Hacia una teoría general de la acción*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1971.
- PERNIOLA, Mario. *Miracoli e traumi della comunicazione*. Roma: Giulio Einaudi, 2009.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- SERRES, Michel. *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SCHWARTZ, Ed. *NetActivism: How Citizens Use the Internet*. O'Reilly Media, 1996.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Vol. 1.

NOTAS

- ¹ Texto resultado da pesquisa regular “Netativismo: ações colaborativas em redes digitais”, em desenvolvimento, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
- ² Por conectividade entendemos a capacidade e os níveis de conexão de uma rede, assim como analisado por diversos autores, entre os quais Recuero (2009), Barabási (2003) e Latour (1994, 2000) etc.
- ³ Especificamente: de modo racional, referente a fins; de modo racional, referente a valores; de modo afetivo, especialmente emocional; e de modo tradicional, por costume arraigado.
- ⁴ “Discurso e ação revelam esta unicidade da distinção. Através destes os homens se distinguem. [...] Discurso e ação são as modalidades através das quais os seres humanos aparecem uns aos outros, não como objetos físicos, mas enquanto homens. [...] Ação e discurso são assim estreitamente conectados. [...] A ação sem discurso não seria mais uma ação, porque não teria mais um ator, e o ator, aquele que cumpre os atos, só é possível se ao mesmo tempo sabe pronunciar palavras. [...] Nenhuma outra atividade humana exige o discurso na mesma medida da ação”. (Arendt, 1981, p. 130)
- ⁵ Para Perniola, os principais acontecimentos históricos pós-segunda guerra parecem ser mais milagres do que resultados de reais transformações: “os poucos a sociedade ocidental passa a ser tomada por uma mentalidade milagreira, cuja difusão recebe uma contribuição fundamental dada pelo desenvolvimento de uma tecnociência. [...] A verdade efetiva das coisas é submersa e desaparece embaixo de uma quantidade enorme de palavras e de imagens transmitidas para o mundo inteiro”. (Perniola, 2009, p. 10).
- ⁶ O termo “cibernética” vem do grego *kybernetiké* (timoneiro, ou aquele que dirige ou regula). O termo se difunde em seguida da publicação da obra *Cibernética: o controle e a comunicação nos animais e nas máquinas* do matemático Norbert Wiener, publicada em 1948. Wiener propunha uma nova ciência com o objetivo de compreender os fenômenos naturais e artificiais através dos estudos dos processos de comunicação e controle dos seres vivos, nas máquinas e nos processos sociais.